

## HESITAÇÃO VACINAL: UM RISCO PARA O FUTURO DAS CRIANÇAS

**V**isto como referência mundial em vacinação, o Brasil, em 2015, contava com 95% de cobertura na população infantil para as principais vacinas incluídas no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Hoje, infelizmente, há cerca de 400 mil crianças com “zero dose” de vacinação, ou seja, que não receberam nenhuma picada da vacina DTP (que combate tétano, difteria e coqueluche), utilizada como referência global de cobertura. Com isso, há um risco iminente do retorno de doenças potencialmente graves e por trás de sequelas, hospitalizações e mortes entre os mais jovens — incluindo infecções que haviam sido eliminadas da nossa região, como a poliomielite, a rubéola e o sarampo.

Embora a hesitação vacinal seja um fenômeno observado no mundo todo, uma pesquisa inédita da Fundação José Luiz Egydio Setúbal, instituição mantenedora do **Sabará Hospital Infantil**, e da Universidade de São Paulo (USP), apresentada no último Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância, mostra que os pais são a chave para mudar essa realidade. O estudo ouviu mais de 2 mil responsáveis e descobriu que eles acreditam que a vacinação compõe os cuidados básicos de saúde para crianças e adolescentes e entendem que as campanhas de imunização deveriam ser feitas inclusive em escolas. Uma notícia ainda melhor: os pais com filhos menores de 14 anos relataram uma adesão de 98% a todas as vacinas indicadas pelo PNI. Cabe ressaltar que o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) descreve em seu artigo 14 como “obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”.

As conquistas que tivemos no passado devem servir de inspiração para vencermos as barreiras e percalços atuais. A vacinação das gestantes contra a coqueluche é um ótimo exemplo de que, com uma boa estratégia vacinal, é possível diminuir a transmissão das doenças e evitar óbitos. Desde a sua implementação em programas de imunização materna em vários países, entre os quais o Brasil, observamos uma dramática redução nas mortes e hospitalizações associadas à infecção em recém-nascidos e bebês. Desde o nascimento da criança até a vida adulta, as vacinas estão presentes em cada fase do desenvolvimento, contribuindo com o papel fundamental da defesa do corpo contra vírus e bactérias. Ao estimularem a imunidade, elas preparam o organismo para combater as doenças de maneira mais rápida e eficaz, levando-o a desenvolver mecanismos de resguardo e anticorpos específicos.

É importante frisar que as vacinas são seguras, sim! Em seu desenvolvimento, elas passam por diversos testes, incluindo estudos clínicos, antes de serem aprovadas para o público. Os países só registram e distribuem imunizantes que atendam a rigorosos padrões de qualidade e segurança. Toda e qualquer vacina disponibilizada para a população brasileira passa por um processo de avaliação

feito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), um órgão ligado ao Ministério da Saúde. Após sua liberação, é dada continuidade ao monitoramento das reações adversas para que seja feito o controle de médio e longo prazo, como ocorre também com os medicamentos.

Como apontam pesquisas, um dos principais obstáculos relacionados à hesitação vacinal não reside apenas no acesso aos imunizantes, mas nas dúvidas dos pais na hora de aderir ou não à vacinação — e por motivos variados, como a existência de efeitos colaterais e testes suficientes com o produto. A pandemia de Covid-19 e o aumento da circulação de notícias sobre o tema, incluindo as fake news, ampliaram a demanda por respostas a dúvidas levadas pelos responsáveis aos consultórios do pediatra — o que o torna um agente crucial diante da hesitação. Além disso, convém salientar que toda a sociedade tem uma parcela de responsabilidade nessa história. Cada um de nós, como cidadãos, deve manter atitudes simples capazes de salvar as crianças. Entre elas podemos citar as visitas periódicas ao médico, principalmente no primeiro ano de vida do bebê, o engajamento nas datas de vacinação estipuladas pelo calendário oficial e nas campanhas, bem como a própria imunização dos adultos da casa.

O governo, por sua vez, deve expandir e facilitar o acesso às vacinas, com horários de atendimento mais amplos, inclusive nos finais de semana, tendo em vista que muitos responsáveis

chegam em casa no período em que as unidades básicas de saúde (UBS) já estão fechadas. Outro ponto fundamental é o planejamento para evitar a indisponibilidade de doses de todas as vacinas contempladas pelo PNI. A implementação da vacinação escolar, prática já adotada em diversas nações, como Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, tem se mostrado favorável a um melhor alcance dos índices de cobertura vacinal, em especial para os adolescentes. Sua incorporação no Brasil, a fim de progredirmos na imunização desses grupos etários, pode ser uma boa tática, ainda mais tendo em vista a extensão continental do país e a existência de comunidades distantes de postos de saúde — nem sempre é possível a uma família se deslocar para outra cidade para realizar a imunização das crianças. Quanto mais disponíveis as vacinas estiverem, melhor!

Nós, pediatras, temos um papel fundamental na construção e na propagação do conhecimento para os pais, que são os grandes decisores em matéria de vacinação infantil. Devemos explicar quais são as vacinas encontradas nas redes pública e privada para cada faixa etária, o momento de tomá-las e ouvir e entender as aflições dos responsáveis — sempre individualizando as recomendações de acordo com as necessidades de cada criança. Essa atuação educativa e preventiva em parceria com a família não diz respeito apenas ao desenvolvimento e bem-estar dos mais novos — tem a ver com preservar vidas!



**Felipe Monti Lora** é pediatra, especialista em endocrinologia infantil e CEO do Sabará Hospital Infantil, em São Paulo



**Marco Aurélio Sáfadi** é pediatra e infectologista do Sabará Hospital Infantil e presidente do Departamento de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)